v7.n5.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

PONTO DE CULTURA COMO TERRITÓRIO VIVIDO: ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES, PERTENCIMENTO E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

CULTURAL POINT AS A LIVED TERRITORY: A SPACE FOR CONSTRUCTING IDENTITIES, BELONGING, AND INTERCULTURAL MEDIATION

PUNTO DE CULTURA COMO TERRITORIO VIVIDO: ESPACIO DE CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDADES, PERTENENCIA Y MEDIACIÓN INTERCULTURAL

Olinda Beatriz Trevisol Meneghini[1] Carmen Conceição Britez de Eugenio[2] Luciana do Amaral Rabelo[3] Angelo Mateus Prochmann[4] Etna Marzolla Gutierres[5] Cláudio Luís Vasques dos Santos[6] Ana Lara Camargo de Castro[7] Ana Carolina Pereira de Carvalho[8]

e757852
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i4.7852

PUBLICADO: 05/2026

RESUMO

A Política Nacional Cultura Viva, como a maior política cultural de base comunitária, surgiu de um encontro de Pontões de Cultura. Estes Pontões são reconhecidos como importantes instrumentos para o fortalecimento da identidade cultural, abarcando a imensa diversidade de fazer cultura em nosso país; impactam as comunidades gerando emprego e renda para muitas famílias. São 20 anos dessa política pública inovadora que democratiza o acesso ao fomento cultural no país. Foi criada em 2004, e instituída pela Lei nº 13.018/2014. Reconhece a importância da imensa rede de educação popular da sociedade, na transmissão de geração a geração, saberes, fazeres, celebrações, práticas e manifestações da cultura brasileira-plural, que se reinventa e se inova em narrativas, desenhos e dinâmicas. O objetivo deste estudo é avaliar a interface entre a atuação dos Pontos de Culturas e o Desenvolvimento Local a partir do fortalecimento do território e da comunidade, do desenvolvimento integral com atendimento escolar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, bem como evidenciar os eixos estratégicos de cada organização em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com a Política Pública Cultural Cultura Viva. A abordagem metodológica adotada é de natureza indutiva por meio de pesquisa qualitativa, bibliográfica e observação *in loco*. Como resultado, apresenta-se um cenário com base no arcabouço metodológico que permite a reflexão sobre caminhos para incluir crianças e jovens para o exercício da cidadania e a consciência de seu valor para edificação da cultura e da sociedade por meio dos saberes aprendidos.

PALAVRAS-CHAVE: Pontos de Cultura. Identidade Cultural. Pertencimento. Desenvolvimento Local. Mediação Intercultural.

[1]Arquiteta (UNIDERP), especialista em Arquitetura Hospitalar, mestra e doutoranda em Desenvolvimento Local (UCDB), Campo Grande/MS, Brasil.
[2]Graduada em Direito (UCDB) e Artes Visuais (UFMS), mestra e doutoranda em Desenvolvimento Local (UCDB), Campo Grande/MS, Brasil.
[3]Graduada em Direito (UCDB), mestra em Direitos Humanos (UFMS), promotora de Justiça/MS e doutoranda em Desenvolvimento Local (UCDB), Campo Grande/MS, Brasil.
[4]Economista (UFMS), mestre em Agronegócios (UFMS) e doutorando em Desenvolvimento Local (UCDB), Campo Grande/MS, Brasil.
[5]Terapeuta ocupacional (UCDB), licenciada em Música, integrante de grupo de pesquisa, mestra e doutoranda em Desenvolvimento Local (UCDB), Campo Grande/MS, Brasil.
[6]Graduado em Filosofia, mestre e doutorando em Desenvolvimento Local (UCDB), bolsista CAPES, especialista em Libras, Campo Grande/MS, Brasil.
[7]Graduada em Direito, Ciências Sociais e História, procuradora de Justiça (MPMS), especialista em áreas afins e doutoranda em Desenvolvimento Local (UCDB), Campo Grande/MS, Brasil.
[8]Bacharel e licenciada em Música, especialista em Música e Produção Cultural, gestora cultural e mestranda em Desenvolvimento Local (UCDB), Campo Grande/MS, Brasil.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ABSTRACT

The National Policy Cultura Viva (Living Culture), as the largest community-based cultural policy, emerged from a meeting of Pontões de Cultura (Cultural Hubs). These hubs are recognized as important instruments for strengthening cultural identity, encompassing the immense diversity of cultural production in our country; they impact communities by generating employment and income for many families. This innovative public policy, which democratizes access to cultural funding in the country, is now 20 years old. It was created in 2004 and enacted by Law No. 13,018/2014. It recognizes the importance of the vast network of popular education within society, in the transmission from generation to generation of knowledge, practices, celebrations, and manifestations of pluralistic Brazilian culture, which reinvents and innovates itself through narratives, designs, and dynamics. The objective of this study is to evaluate the interface between the actions of Pontos de Cultura (Cultural Points) and Local Development, based on the strengthening of the territory and the community, as well as comprehensive development through educational assistance for children and adolescents in situations of vulnerability and social risk. Furthermore, it aims to highlight the strategic axes of each organization in line with the Sustainable Development Goals and the Cultura Viva National Public Cultural Policy. The methodological approach adopted is inductive in nature, through qualitative research, literature review, and on-site observation. As a result, a scenario is presented based on the methodological framework that allows for reflection on pathways to include children and youth in the exercise of citizenship and the awareness of their value for building culture and society through the knowledge acquired.

KEYWORDS:*Culture Points. Cultural Identity. Belonging. Local Development. Intercultural Mediation.*

RESUMEN

La Política Nacional Cultura Viva, como la mayor política cultural de base comunitaria, surgió de un encuentro de Pontões de Cultura (Grandes Puntos de Cultura). Estos Pontões son reconocidos como importantes instrumentos para el fortalecimiento de la identidad cultural, abarcando la inmensa diversidad del hacer cultura en nuestro país; impactan a las comunidades generando empleo y renta para muchas familias. Son 20 años de esta política pública innovadora que democratiza el acceso al fomento cultural en el país. Fue creada en 2004 e instituida por la Ley nº 13.018/2014. Reconoce la importancia de la inmensa red de educación popular de la sociedad, en la transmisión de generación en generación de saberes, haceres, celebraciones, prácticas y manifestaciones de la cultura brasileña plural, que se reinventa y se innova en narrativas, diseños y dinámicas. El objetivo de este estudio es evaluar la interfaz entre la actuación de los Pontos de Cultura (Puntos de Cultura) y el Desarrollo Local a partir del fortalecimiento del territorio y de la comunidad, del desarrollo integral con atención escolar de niños y adolescentes en situación de vulnerabilidad y riesgo social, así como evidenciar los ejes estratégicos de cada organización en consonancia con los Objetivos de Desarrollo Sostenible y con la Política Pública Cultural Cultura Viva. El enfoque metodológico adoptado es de naturaleza inductiva por medio de investigación cualitativa, bibliográfica y observación in loco. Como resultado, se presenta un escenario basado en el marco metodológico que permite la reflexión sobre caminos para incluir a niños y jóvenes en el ejercicio de la ciudadanía y la conciencia de su valor para la edificación de la cultura y de la sociedad a través de los saberes aprendidos.

PALABRAS-CLAVE*: Puntos de Cultura. Identidad Cultural. Pertenencia. Desarrollo Local. Mediación Intercultural.*

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento social e a construção da cidadania têm sua base na cultura de um povo, sendo ela o reflexo de seus costumes, valores e suas identidades. É por meio da cultura que as pessoas se reconhecem e consolidam o sentimento de pertença e se tornam sujeitos de uma sociedade, permitindo a formação de identidades individuais e coletivas. As políticas públicas devem promover a inclusão de forma efetiva para reconhecer as desigualdades marcadas pela falta de direitos ao longo de anos de colonização.

Dentre essas políticas, destaca-se a Política Nacional de Cultura Viva, instituída pela Lei nº 13.018/2014, que descentraliza recursos e impulsiona as iniciativas culturais de base comunitária. Seu principal instrumento é o fomento aos Pontos de Cultura, definidos por Turino (2010, p.64) como organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Tais pontos atuam como polos de criação, memória, troca e irradiação cultural no território de atuação.

Este artigo avalia as contribuições dos Pontos de Cultura para a construção de identidades e o desenvolvimento local, entendendo-os como territórios vividos, espaços onde se produzem vínculos, memórias e pertencimento. Para isso, apresentamos quatro experiências distintas — o Grupo Vozes Especiais, a Colônia Paraguaia, a Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista, e o Instituto Maná do Céu para os Povos, analisando como cada uma atua como mediação intercultural e afirmação de identidade em seus contextos específicos. Ao destacar essas experiências, o artigo também contribui para o debate sobre a efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS 4, 10 e 11, reforçando a centralidade da cultura nos processos de inclusão e desenvolvimento local. O ODS 4 diz respeito a Educação de Qualidade, assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, ODS 10 Redução das Desigualdades reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles e ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis, tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Estes objetivos constituem o marco normativo internacional que orientam essa análise, evidenciando como práticas culturais comunitárias contribuem para agendas globais de desenvolvimento.

A estrutura do artigo é organizada de forma que introduz a temática e sua relevância; discute a articulação entre identidade e desenvolvimento local; aborda os Pontos de Cultura como territórios vivos e espaços de afirmação identitária; apresenta quatro experiências situadas em Campo Grande/MS; e traz as considerações finais, com destaque para os principais achados

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

da pesquisa. É nesse contexto que os Pontos de Cultura emergem como expressão concreta dessa articulação entre cultura, identidade e território, conforme se aprofunda no tópico a seguir.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Identidade e desenvolvimento local

O desenvolvimento local preconiza o protagonismo das comunidades em sua realidade vivida, reconhecendo suas capacidades, vínculos e identidades culturais. Ávila (2005) define o núcleo conceitual do desenvolvimento local como o desabrochar de capacidades e competências de uma comunidade com identidade social e histórica, capaz de fomentar solidariedade, gerir recursos externos e produzir respostas para suas próprias necessidades. O foco está na articulação entre autonomia, pertencimento e organização coletiva, na busca por um modelo de desenvolvimento centrado no ser humano.

Nessa lógica, o desenvolvimento local propõe-se como alternativa à hegemonia do econômico, ao colocar a vida, a cultura e a dignidade no centro das decisões. As pessoas deixam de ser vistas como objetos de intervenção para se tornarem atores dos rumos de seu território, enquanto o Estado atua como incentivador de processos sinérgicos. Como destaca Marques (2013), trata-se de garantir qualidade de vida, bem-estar social e equidade no atendimento às necessidades humanas fundamentais.

A base desse processo é o sistema territorial local, o espaço onde se tece a vida cotidiana e onde se expressam as múltiplas dimensões da existência. Carlos (1996, p. 20) aponta que a produção espacial se realiza no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, sendo, então, base de reprodução da vida, produto das relações humanas entre si e com o espaço, formando uma rede de significados tecidos pela história e cultura. A cultura, nesse contexto, atua como fio condutor dessas relações, conformando sentidos de identidade e pertencimento que sustentam as dinâmicas locais.

A atuação dos Pontos de Cultura, nesse contexto, torna-se essencial ao desenvolvimento local, pois promove um movimento endógeno baseado na autonomia da comunidade e na vivência de sua própria realidade. Esses espaços atuam como mediadores entre demandas que expressam a identidade local e os recursos, públicos ou privados, que viabilizam ações culturais em múltiplos setores. Ao mesmo tempo, iniciativas assim se articulam com dinâmicas mais amplas, conectando saberes comunitários a redes de cooperação e estratégias de sustentabilidade, como propõe a ideia de ecossistema e quádrupla hélice

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

(Carayannis; Campbell, 2009), que evidenciam o potencial da própria comunidade em mobilizar recursos externos de forma ativa e estratégica.

1.2. Pontos de cultura e a construção de identidades nos territórios vivos

Os Pontos de Cultura constituem uma política pública voltada ao fortalecimento de organizações culturais da sociedade civil, como grupos, coletivos e entidades com finalidade cultural. Essa iniciativa surgiu da necessidade de reconhecer e apoiar práticas culturais já existentes em comunidades diversas, muitas vezes sem acesso a financiamento ou estrutura formal. Criado em 2004 pelo Ministério da Cultura, o Programa Cultura Viva estabeleceu estratégias de descentralização de recursos para fomentar ações culturais contínuas e transformadoras.

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), instituída pela Lei nº 13.018/2014 e regulamentada por instruções normativas específicas, fortalece os pilares dessa política ao promover o empoderamento, o protagonismo cultural e a autonomia das comunidades. A meta vinte e três do Plano Nacional de Cultura prevê a existência de quinze mil Pontos de Cultura no Brasil, em articulação com o Sistema Nacional de Cultura (BRASIL, 2023).

Os Pontos de Cultura são reconhecidos como espaços onde se produzem vínculos, memórias e pertencimento, indo além de estruturas ou programas formais. Turino (2010) os define como "organizadores da cultura no nível local, atuando como pontos de recepção e irradiação cultural". Para Meusburger (2024), esses pontos abarcam uma grande diversidade de segmentos sociais e culturais, incluindo comunidades quilombolas, povos originários, mestres de saberes tradicionais, grupos LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, entre outros.

A atuação em rede, por meio da Rede Cultura Viva, fortalece as experiências comunitárias, permitindo o intercâmbio de saberes e práticas culturais. Recentemente, a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi incorporada ao programa, destinando 25% do valor total dos recursos aos Pontos de Cultura e buscando assim, consolidar o compromisso com a descentralização cultural até 2027.

A gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil é princípio central da PNCV, permitindo que cada Ponto de Cultura defina suas prioridades de investimento e atuação, ao mesmo tempo em que usufrui de mecanismos de certificação simplificada, conforme previsto nas últimas instruções normativas do Ministério da Cultura (BRASIL, 2024).

Essa política pública, reconhecida internacionalmente, deu origem ao Programa Ibercultura Viva, presente em diversos países da América Latina, reafirmando o potencial da cultura como ferramenta de transformação social.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Para compreender as diferentes fases e transformações pelas quais o Cultura Viva passou desde sua criação, a Figura 1 apresenta os principais marcos históricos do programa.

Figura 1. Histórico do Programa Cultura Viva

Geração	Período	Principais Características
1ª Geração	2004 a 2007	Criação dos primeiros editais do Ministério da Cultura, com repasses via convênios diretos.
2ª Geração	2008 a 2014	Descentralização junto aos entes federados; ampliação das redes; convênios com estados e municípios; ápice do programa com cerca de 3.200 Pontos de Cultura em quase todo o país.
3ª Geração	2014 a 2015	Instituição da Lei Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014); consolidação como política de Estado; criação de novos instrumentos de gestão (TCC); fim dos convênios; implantação do Cadastro Nacional.
4ª Geração	2016 a 2022	Período de desmonte, abandono e perseguição à PNCV pelo Governo Federal; resistência de alguns estados e comunidades.
5ª Geração	2023 até o presente	Retomada das discussões e fortalecimento da PNCV; integração com a Lei Paulo Gustavo (LPG); novas perspectivas de expansão e continuidade.

Fonte: Cartilha Cultura Viva PNAB (2023)

Além da trajetória histórica, é importante destacar as formas de apoio financeiro previstas pela Política Nacional de Cultura Viva, que viabilizam as ações dos Pontos de Cultura em diferentes contextos.

A figura 2 apresenta as principais modalidades de fomento, critérios de acesso, valores e exigências de prestação de contas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Figura 2. Principais modalidades de fomento

APOIO FINANCEIRO DA PNCV	QUEM PODE ACESSAR	FORMA DE SELEÇÃO	PARÂMETROS ORÇAMENTÁRIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
Pontos de Cultura: fomento a projetos continuados por meio de Termo de Compromisso Cultural (TCC)	Entidades da sociedade civil com no mínimo 3 (três) anos de atuação, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades.	Edital padronizado disponibilizado pelo Ministério da Cultura	Até R$ 300 mil (projetos de 12 meses).	Relatório de Execução do Objeto e, se necessário, Relatório de Execução Financeira.
Pontões de Cultura: fomento a projetos continuados por meio de Termo de Compromisso Cultural (TCC) (15% a 20% dos recursos dos estados/ DF para PNCV)	Pontos e Pontões de Cultura com no mínimo 3 (três) anos de atividades, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e/ou temáticas de Pontos de Cultura e outras redes temáticas.		Entre R$ 300 mil e R$ 800 mil (projetos de 12 meses).	
Pontos e Pontões de Cultura: premiação por reconhecimento às ações realizadas	Entidades da sociedade civil, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades há pelo menos 2 (dois) anos		entidades com CNPJ: até R$ 60 mil coletivos informais: até R$ 30 mil	Não há

Fonte: Cartilha Cultura Viva PNAB (2024)

Após a apresentação das modalidades de apoio financeiro, é importante ressaltar que os Pontos de Cultura, mais do que estruturas formais ou repasses de recursos, representam práticas vivas, construídas no cotidiano das comunidades. São territórios simbólicos e afetivos, nos quais as expressões culturais locais se desenvolvem, se reinventam e se fortalecem (Turino, 2010).

Nesse sentido, a atuação dos Pontos de Cultura vai além do apoio financeiro ou da formalização jurídica. Trata-se de uma política que reconhece e valoriza as identidades locais, promove a diversidade cultural e contribui para a construção de pertencimento e coesão social.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Ao se enraizarem nos territórios, essas iniciativas tornam-se catalisadoras de transformações sociais, ao mesmo tempo em que preservam e difundem os saberes, fazeres e expressões das comunidades.

É a partir desse entendimento que, no próximo tópico, serão apresentadas experiências concretas de Pontos de Cultura localizados em Campo Grande/MS, destacando como essas ações se materializam nos territórios e impactam as trajetórias individuais e coletivas de seus participantes.

1.3. Pontos de Cultura em Campo Grande-MS

1.3.1. Ponto de Cultura Vozes Especiais

O Grupo Vozes Especiais foi criado em 2006 a partir do encontro entre Etna, terapeuta ocupacional que utilizava a música como recurso em seus atendimentos, e Sandra Helena, diretora da Escala Educação Musical. A aproximação entre as duas se deu por meio das aulas de piano, mas rapidamente se aprofundou em uma amizade e parceria marcada pela reflexão sobre aprendizagem, musicalidade e inclusão. Com o tempo, o grupo passou a promover práticas culturais acessíveis, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a acessibilidade cultural para pessoas com deficiência, especialmente deficiência intelectual.

Dois acontecimentos ainda naquele ano ampliaram o alcance dessa parceria: o convite ao maestro Marcos e sua esposa Silvana para iniciarem um trabalho voluntário de canto coral na Escola Especial Colibri, e o nascimento de Carlos Eduardo, neto de Sandra, uma criança com Síndrome de Down, cuja presença inspirou afetos e mobilizações em torno da inclusão.

Desde o início, o grupo investiu em formações e parcerias para desenvolver práticas musicais acessíveis, com foco no canto coral como atividade principal. Para favorecer a participação de pessoas com deficiência cognitiva, a metodologia adotada baseia-se na aprendizagem significativa, compreendida aqui como ponte metodológica para memorização de letras, compreensão de regências e fortalecimento do protagonismo cultural. A proposta ultrapassa o caráter terapêutico: o foco está na vivência artística e na expressão plena de sujeitos que, muitas vezes, foram historicamente subestimados Gutierres *et al. (*2022)**.**

Em 2008, o grupo foi selecionado em edital estadual vinculado ao Programa Mais Cultura, sendo oficialmente reconhecido como Ponto de Cultura. Com esse reconhecimento, houve aquisição de equipamentos e ampliação das ações. Entre 2009 e 2011, o grupo ofereceu oficinas de canto coral em instituições como a Associação Juliano Varela e a Escola Especial Colibri, além de aulas na Escala Educação Musical e atividades em espaços comunitários como a Comunidade Espírita Amor e Caridade.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Ao longo de 18 anos de atuação ininterrupta, o Vozes Especiais consolidou sua presença no cenário cultural sul-mato-grossense. Suas apresentações em teatros, escolas, praças e eventos públicos não apenas visibilizam a produção artística dos coralistas, mas também afirmam seu direito à cidade, ao espaço simbólico e à cultura. Os bastidores dessas apresentações revelam ainda mais: laços afetivos, desenvolvimento de habilidades sociais, autoestima e fortalecimento de vínculos comunitários.

As ações do grupo podem ser compreendidas como procedimentos de acessibilidade cultural, ampliando o conceito de inclusão para além do acesso físico. É uma atuação que se dá com e pelas pessoas com deficiência. A presidente do grupo, Sandra Helena, teve papel ativo na criação do Grupo de Trabalho de Acessibilidade e Equidade dentro do Ministério da Cultura — instância que até então não existia no órgão. Tal iniciativa evidencia a vocação política do grupo, articulando prática cultural e formulação de políticas públicas.

Embora o Brasil tenha formalmente encerrado a política manicomial nas décadas finais do século XX, seus reflexos simbólicos e institucionais ainda se fazem presentes em muitas práticas sociais e educacionais. O Vozes Especiais, ao propor um modelo inclusivo e culturalmente situado, confronta esses resquícios ao reconhecer as pessoas com deficiência como protagonistas da vida cultural e não como sujeitos a serem “cuidados” ou “ocupados”.

A atuação do Grupo Vozes Especiais alinha-se diretamente ao ODS 4 (Educação de Qualidade), ao promover o acesso à formação musical e à expressão artística para pessoas com deficiência, e ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao confrontar barreiras simbólicas e institucionais que historicamente excluem esse público da vida cultural.

É importante destacar que o trabalho do Vozes Especiais não se confunde com a musicoterapia. Embora reconheça os efeitos terapêuticos da música, sua proposta está centrada na arte como linguagem e na cultura como direito (Gutierres *et al.,* 2022)**.** Recusa-se, assim, a ideia de que a música para pessoas com deficiência deve se limitar ao passatempo ou ao tratamento. Em vez disso, o grupo reafirma a potência criativa e política dos sujeitos que compõem seu coletivo — coralistas, familiares, artistas, voluntários e educadores.

Atualmente localizado em Campo Grande (MS), o Ponto de Cultura Vozes Especiais continua ativo, articulando práticas culturais inclusivas e transformadoras. Sua trajetória representa um exemplo concreto de como a cultura, quando vivida como território e relação, pode produzir deslocamentos, pertencimento e reconhecimento.

1.3.2. Ponto de cultura comunidade quilombola São João Batista

A Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista está localizada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no bairro Jardim das Mansões. Seu surgimento está

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

diretamente ligado a uma tradição religiosa familiar iniciada em 1922, a partir de uma promessa feita por Maria Rosa da Anunciação para a recuperação da saúde de seu filho recém-nascido Jara, 2014; Mamédio, 2020. Como forma de agradecimento, foi instituído o Terço em Honra a São João Batista e São Pedro, realizado anualmente entre os dias 23 e 29 de junho (Jara, 2014; Fernandes, 2023). Esta prática de fé originou um processo contínuo de fortalecimento comunitário, hoje reconhecido como elemento identitário da comunidade (Associação Familiar, 2025).

A partir dessa tradição, a associação foi formalmente fundada em 15 de novembro de 2000 por José Reginaldo de Anunciação, Maridalva Delfina de Anunciação, Jair Bispo da Silva e Ana Maria Cabral da Silva, com o objetivo de promover ações culturais, educativas e de assistência social (Associação Familiar, 2025). Em 2006, a comunidade obteve o certificado de Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares, reconhecendo a ancestralidade afrodescendente e a vinculação com os povos escravizados oriundos de Minas Gerais**,** Mamédio (2020)**.**

O Ponto de Cultura São João Batista atua como agente de articulação cultural e social no território. Desde 2005, por meio do projeto Mukando Kandongo, promove atividades de educação e cultura afro-brasileira, com oficinas de percussão, dança afro, teatro, confecção de roupas étnicas, palestras sobre direitos humanos, cidadania, autoestima e valorização da cultura negra. A sede do ponto serve como base para as ações que se estendem a diversas comunidades quilombolas urbanas e rurais do estado.

Ao longo das décadas, diversos projetos foram desenvolvidos com parcerias públicas e privadas. Entre eles, destacam-se o projeto Telecentro Jovem Multimídia (2007-2008), com formação em webdesign e edição de vídeo, e o Grupo de Teatro Reis da Liberdade, formado a partir de aulas oferecidas pelo Pontão de Cultura Guaicuru (Associação Familiar, 2025). Também foram implementadas ações voltadas à geração de renda para mulheres da comunidade, como cursos de artesanato, culinária afro e oficinas de cerâmica.

Desde 2006, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, o projeto Curumim Pé de Ouro oferece atividades no contraturno escolar para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, promovendo oficinas de cidadania, afetividade, identidade, percussão, violão, artes, teatro e cultura afro-brasileira Associação Familiar, 2025. Durante a pandemia de COVID-19, as ações foram adaptadas para o formato virtual, mantendo o atendimento às famílias com apoio material e afetivo.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A comunidade também fundou, em 2013, o Grupo Escoteiro Zumbi dos Palmares, vinculado ao movimento Escoteiros do Brasil, com enfoque no desenvolvimento de valores de fraternidade e responsabilidade entre jovens.

Entre os reconhecimentos recebidos, destacam-se os prêmios Cultura Viva, Mestre Duda e Itaú-Unicef, sendo este último vencido na etapa regional e finalista na nacional. Tais prêmios atestam a relevância do trabalho da associação no fortalecimento de vínculos comunitários, no enfrentamento ao racismo e na valorização da cultura afro-brasileira no contexto urbano de Campo Grande **(**Mamédio, 2020**).**

A atuação da Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista transcende a preservação de tradições religiosas e culturais. Configura-se como uma estratégia concreta de desenvolvimento local e resistência histórica da população negra urbana em Campo Grande **(**Mamédio, 2020; Fernandes, 2023**)**. Ao afirmar-se como comunidade remanescente de quilombo em território urbano, o grupo tensiona as fronteiras entre ruralidade, religiosidade e pertencimento étnico-racial.

As ações continuadas do Ponto de Cultura fortalecem a identidade coletiva dos moradores, promovem o acesso a direitos e criam oportunidades reais de formação, expressão e visibilidade para diferentes gerações da comunidade. Nesse sentido, o território deixa de ser apenas geográfico e torna-se um espaço simbólico de memória, identidade e afirmação da cultura negra **(**Mamédio, 2020**).**

As ações da Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista dialogam com o ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao enfrentar o racismo e promover o protagonismo da população negra urbana, e com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao preservar o patrimônio cultural imaterial afro-brasileiro em território urbano e fortalecer a coesão comunitária.

1.3.3. Ponto de cultura da Colônia Paraguaia

A Colônia Paraguaia, localizada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no bairro Vila Pioneira, foi criada inicialmente como Casa Paraguaia em 1973. A entidade foi formalizada como associação civil sem fins lucrativos em 1989, passando a atuar como referência para a preservação da cultura paraguaia na capital sul-mato-grossense (ARCA, 1993; Torres, 2019). Seu surgimento está ligado à organização dos imigrantes paraguaios que, ao chegarem à cidade para trabalhar como sapateiros, marceneiros, vendedores e agricultores, buscavam um espaço para manter vivas suas tradições culturais, especialmente a música e a dança.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A primeira grande mobilização cultural da entidade foi a comemoração da Independência do Paraguai, com festas cívicas e artísticas organizadas ainda sem sede própria. Essa articulação sensibilizou o poder público local, resultando na cessão de um terreno para construção da sede, viabilizada com apoio comunitário e doações (Redação, 2008; Torres, 2019). Posteriormente, eventos como a tradicional festa de San Juan passaram a reunir expressões da cultura guarani como toro candil, pau de sebo e pelota de fogo, bem como comidas e bebidas típicas como a sopa paraguaia e o tereré (Torres, 2019).

Em 2007, a associação foi reconhecida como um dos primeiros Pontos de Cultura de Campo Grande, dentro do Programa Cultura Viva, integrando a primeira geração do programa, firmado através de convênio. Entretanto, somente em março de 2008 iniciou suas atividades, quando recebeu equipamentos de edição digital do Ministério da Cultura (Redação, 2008).

As atividades do ponto incluem oficinas de dança paraguaia, feira mensal de artesanato, aulas de língua guarani e o terço em devoção à Nossa Senhora de Caacupé (Torres, 2019). Embora a oferta de cursos varie conforme os recursos disponíveis, a associação mantém uma programação ativa e busca parcerias para ampliar a preservação da língua e das expressões culturais tradicionais.

Após reformas com recursos estaduais, a sede ganhou elementos arquitetônicos inspirados nas missões jesuíticas e, em 2021, recebeu o Monumento à Cultura Paraguaia (Campo Grande, 2022). Em 2023, durante as comemorações dos 50 anos da associação, foi realizado o 1º Encontro Turístico Cultural Brasil-Paraguai, com apresentações artísticas e oficinas financiadas por meio de fomento cultural (Campo Grande, 2023). Atualmente é presidida por Ricardo José Zelada e segue desempenhando um papel de articulação cultural relevante junto à comunidade campo-grandense.

A Colônia Paraguaia constitui um território simbólico de reterritorialização da cultura paraguaia em Mato Grosso do Sul. Sua atuação contribui para a valorização da identidade migrante e o fortalecimento do sentimento de pertencimento, articulando herança cultural, memória coletiva e práticas comunitárias. Ao atuar como Ponto de Cultura com atividades sazonais, a associação também explicita os desafios enfrentados por grupos que dependem de editais pontuais, ressaltando a importância de políticas públicas contínuas e sustentáveis para o reconhecimento e a permanência desses territórios vivos.

A experiência da Colônia Paraguaia conecta-se ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao preservar e difundir a cultura e a língua guarani em contexto urbano, contribuindo para a valorização da diversidade cultural como elemento constitutivo de comunidades mais inclusivas e plurais.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

1.3.4. Instituto Maná do Céu Para os Povos

O Instituto Maná do Céu Para os Povos foi fundado em 2009 pelo engenheiro Ivan Lúcio Rodrigues, com o principal objetivo de promover a justiça social e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua origem ou condição social. Atualmente, são atendidos 123 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, oriundos de vários bairros da região do Anhanduizinho, periferia campo-grandense.

O Instituto tem como missão a transformação socioambiental e, para alcançar suas metas, desenvolve suas ações em dois eixos estratégicos com metodologia participativa: o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes no contraturno escolar e o desenvolvimento territorial e comunitário para o fortalecimento da comunidade.

Suas ações objetivam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável; promover a inclusão social, o resgate de valores, o rompimento de paradigmas, a valorização e preservação do meio ambiente; e ressignificar valores sociais como responsabilidade social, participação, solidariedade e respeito à diversidade.

O público atendido tem a seguinte composição: 80% de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, 15% de famílias e 5% de atendimentos emergenciais.

Os atendimentos ocorrem nas seguintes áreas: assistência social; encaminhamento ao primeiro emprego; qualificação profissional; projetos socioeducativos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; promoção da segurança alimentar e nutricional; combate ao desperdício; e defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

O Instituto preza por valores como integridade, inovação, ética, transparência, simplicidade, criatividade, sustentabilidade, respeito profissional e trabalho em equipe.

A seguir, são apresentados seus principais projetos:

Quilombarte: Grupo de dança com o objetivo de trabalhar com os participantes sua própria cultura aliada à cultura da comunidade, proporcionando novos saberes e estimulando o desenvolvimento socioemocional. O projeto visa ensinar os jovens a gerenciar emoções, administrar situações do cotidiano, estabelecer bons relacionamentos e tomar decisões de maneira responsável e consciente. “Quilombo” aqui é sinônimo de força e resistência, expressando a cultura da periferia.

Projeto Vozes da Periferia: Projeto de canto coral e musicalização com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de vínculos, e promover o acesso a direitos por meio de ações continuadas nas áreas musicais, artísticas, sociais, culturais e ambientais. Desenvolvido com crianças e adolescentes da rede pública de ensino, busca garantir

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

direitos humanos e inclusão em um ambiente de convívio social saudável e solidário, evitando a incidência de atos infracionais e promovendo a socioeducação e a elevação da autoestima.

Projeto Favela Qualifica: Tem o objetivo de oferecer cursos de capacitação e desenvolvimento da autonomia, estimulando o crescimento individual, social e profissional. O projeto também promove o desenvolvimento de competências socioemocionais para que os jovens aprendam a gerenciar emoções, lidar com desafios do cotidiano, estabelecer bons relacionamentos e tomar decisões responsáveis.

O Instituto Maná do Céu Para os Povos já recebeu inúmeros prêmios, entre eles: segunda melhor tecnologia em esporte educacional pelo projeto Velozes do Amanhã, da Petrobras; melhor projeto de educação social em 2016; Prêmio Cidadania Viva 2022 do Governo do Mato Grosso do Sul; e vencedor da 11ª edição do Prêmio Itaú-Unicef, na categoria Grande Porte.

Seus principais patrocinadores são: o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a Prefeitura Municipal de Campo Grande, FEMSA-BR, SESC, Instituto Unibanco, Itaú e Gerando Falcões.

O Instituto Maná do Céu para os Povos articula-se ao ODS 4 (Educação de Qualidade), por meio de suas ações socioeducativas no contraturno escolar voltadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, e ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao promover inclusão social, desenvolvimento de competências e acesso a direitos para jovens da periferia de Campo Grande.

2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos que orientaram a elaboração deste trabalho são de natureza indutiva e qualitativa, envolvendo revisão bibliográfica sobre as temáticas de identidade, desenvolvimento local, Pontos de Cultura e legislação cultural pertinente, bem como pesquisa documental a partir de fontes institucionais, produção jornalística e acadêmica relativa a cada caso analisado.

A seleção dos quatro Pontos de Cultura estudados: Grupo Vozes Especiais, Colônia Paraguaia, Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista e Instituto Maná do Céu para os Povos, obedeceu ao critério de representatividade de segmentos culturais e sociais distintos: pessoas com deficiência, comunidade migrante paraguaia, comunidade quilombola urbana e jovens em situação de vulnerabilidade social, respectivamente. Todos os casos estão

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

situados em Campo Grande/MS e possuem certificação como Pontos de Cultura, o que garante a coerência do recorte territorial e político da pesquisa.

A análise foi orientada por quatro categorias: identidade cultural e pertencimento; mediação intercultural; desenvolvimento local; e inclusão e acesso a direitos. Essas categorias emergiram da articulação entre o referencial teórico adotado e as especificidades de cada experiência investigada, permitindo uma leitura comparativa e situada das práticas culturais desenvolvidas por cada Ponto.

À luz dessas categorias, a seção seguinte apresenta e discute os resultados observados em cada uma das quatro experiências analisadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Pontos de Cultura operam como espaços genuínos de reconhecimento e afirmação identitária. Cada um, a seu modo, acolhe e potencializa a expressão de grupos historicamente marginalizados ou subalternizados, sejam pessoas com deficiência, migrantes, comunidades negras ou indivíduos em situação de vulnerabilidade. A cultura, nessas experiências, transcende a mera fruição estética; ela se estabelece como ferramenta de pertencimento, de resgate da memória coletiva e de empoderamento, conforme a perspectiva de que a identidade é tanto expressa quanto construída por meio dela.

Esses Pontos de Cultura atuam também como espaços de mediação intercultural, ao promoverem o encontro, o reconhecimento e a valorização de diferentes heranças culturais em constante interação. Isso se manifesta, por exemplo, no Grupo Vozes Especiais, que proporciona aos coralistas o acesso à música de diferentes culturas e favorece apresentações inclusivas com grupos de realidades diversas; na Colônia Paraguaia, ao articular tradições do Paraguai com elementos da cultura brasileira e fomentar o diálogo entre culturas migrantes e locais; na Comunidade Quilombola São João Batista, ao ressignificar práticas afro-brasileiras dentro do contexto urbano, preservando a ancestralidade e ampliando horizontes culturais; e no Instituto Maná do Céu Para os Povos, que une expressões artísticas periféricas com valores de transformação socioambiental e inclusão social. Em cada uma dessas experiências, a cultura emerge como espaço de encontro, troca e construção de pertencimento, reforçando a centralidade da diversidade na constituição dos territórios vividos.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações analisadas demonstram um caráter profundamente emancipatório e endógeno ao desenvolvimento local, ao promoverem a participação ativa da comunidade e valorizarem seus potenciais próprios como no protagonismo do Vozes Especiais, na resistência cultural da Colônia Paraguaia, na luta por direitos da Comunidade Quilombola e na transformação socioambiental do Instituto Maná do Céu Para os Povos, esses pontos incitam dinâmicas que qualificam a vida local e fortalecem o tecido social. Percebe-se, portanto, que o desenvolvimento cultural é indissociável do desenvolvimento humano e social, conferindo aos territórios uma dimensão simbólica que vai além da geografia física (Carlos, 1996).

A interlocução dos Pontos de Cultura com as políticas públicas, notadamente a Política Nacional de Cultura Viva, revelou-se um vetor importante para a ampliação de suas capacidades de atuação. Contudo, um ponto para reflexão que nem sempre é o foco central de estudos, mas que é vital para a compreensão da sustentabilidade dessas ações, as análises também evidenciaram que a dependência de editais pontuais e a instabilidade no fomento podem configurar um desafio significativo para a continuidade e a sustentabilidade dessas iniciativas (como observado na Colônia Paraguaia, por exemplo). Tal situação ressalta a necessidade de políticas culturais mais robustas, contínuas e estruturantes, que assegurem a perenidade desses territórios vividos e sua capacidade de mediar e valorizar diferentes culturas no processo de construção social.

Os Pontos de Cultura representam muito mais do que centros de atividades; são, em essência, laboratórios sociais que geram vínculos, produzem significados e afirmam a diversidade cultural como pilar da cidadania e da justiça social. A manutenção e o fortalecimento dessas experiências são imperativos para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural, na qual a cultura seja, de fato, um direito plenamente exercido.

Cabe reconhecer, contudo, algumas limitações deste estudo. A abordagem qualitativa, por sua natureza, não permite generalizações para além dos casos analisados. O número restrito de experiências quatro Pontos de Cultura situados em um único município, circunscreve o alcance das conclusões a um recorte territorial específico. Além disso, a pesquisa apoia-se predominantemente em dados documentais, sem aprofundamento etnográfico ou longitudinal, e o conceito de interculturalidade, embora presente na análise, não recebeu tratamento teórico exaustivo, o que abre espaço para desenvolvimentos futuros.

A partir dessas limitações, delineiam-se caminhos promissores para investigações futuras: a ampliação teórica sobre interculturalidade crítica e seus desdobramentos nas políticas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

culturais brasileiras; estudos comparativos entre territórios culturais de diferentes regiões e contextos socioeconômicos; análises longitudinais que acompanhem a trajetória dos Pontos de Cultura ao longo do tempo; e investigações específicas sobre os modelos de financiamento e sustentabilidade dessas iniciativas, tema que se mostrou central para a continuidade das ações aqui analisadas.

REFERÊNCIAS

ARCA. Da casa paraguaia ao polkódromo. Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande, Campo Grande, MS, n. 4, p. 69-75, 1993.

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DA COMUNIDADE NEGRA SÃO JOÃO BATISTA. Disponível em: https://w.prosas.com.br/empreendedores/27956?locale=pt. Acesso em: 11 jun. 2025.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local. Sobral: Edições UVA, 2005. 115 p.

BRASIL. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jul. 2014. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=23/07/2014&pagina=1. Acesso em: 26 jun. 2025.

CAMPO GRANDE (MS). Prefeitura Municipal. Marcos e monumentos de Campo Grande. Campo Grande: SECTUR, 2022. Disponível em: https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/10/2022/10/digital-marcosemonumentos-sectur-prefcg-1666702588.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

CAMPO GRANDE (MS). I Encontro Turístico Cultural Brasil-Paraguai terá ciclo de palestras e shows temáticos. CG Notícias, Campo Grande, 29 maio 2023. Disponível em: https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/i-encontro-turistico-cultural-brasil-paraguai-tera-ciclo-de-palestras-e-shows-tematicos/. Acesso em: 15 jun. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David F. J. Mode 3 knowledge production in quadruple helix innovation systems: 21st-century democracy, innovation, and entrepreneurship for development. Dordrecht: Springer, 2009.

FERNANDES, Jéssica. Quilombo celebra 101ª festa de São João nos dias 23 e 29 de junho. Campo Grande News, Campo Grande, 19 jun. 2023. Disponível em:

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/quilombo-celebra-101a-festa-de-sao-joao-nos-dias-23-e-29-de-junho. Acesso em: 15 jun. 2025.

GUTIERRES, Etna Marzolla; MELLO, Sandra Helena Lombardi de; ALVES, Marcos; ALVES, Silvana Fernandes. A aprendizagem significativa no canto coral: relato de experiência. Revista Foco, Campo Grande, v. 15, n. 5, p. [inserir páginas], 2022. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v15n5-010.

INSTITUTO MANÁ DO CÉU PARA OS POVOS. Sobre. Disponível em: https://www.manadoceu.org.br/sobre/. Acesso em: 22 jun. 2025.

JARA, Tainá. Comunidade negra inicia nesta segunda terço em honra a São João Batista. Top Mídia News, Campo Grande, 22 jun. 2014. Disponível em: https://www.topmidianews.com.br/geral/comunidade-negra-inicia-nesta-segunda-terco-em-honra-a-sao-joao-batist/13505/. Acesso em: 15 jun. 2025.

MAMÉDIO, Lucas. Quilombo São João Batista: um lugar de sincretismo e resistência. Campo Grande News, Campo Grande, 20 nov. 2020. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/quilombo-sao-joao-batista-um-lugar-de-sincretismo-e-resistencia. Acesso em: 15 jun. 2025.

MARQUES, Heitor Romero. Desarrollo local en la escala humana: una exigencia del siglo XXI. Campo Grande, MS: Gráfica Mundial, 2013.

MEUSBURGER, Neusa. Cultura Viva: uma política territorial de interiorização e descentralização de recursos públicos. [Entrevista]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RXZcZjv81Dw. Acesso em: 13 jun. 2025.

REDAÇÃO. Associação Colônia Paraguaia inaugura projeto cultural. Correio do Estado, Campo Grande, 03 mar. 2008. Disponível em: https://correiodoestado.com.br/noticia/amp/13173/associacao-colonia-paraguaia-inaugura-projeto-cultural/. Acesso em: 13 jun. 2025.

TORRES, Thailla. Colônia paraguaia ganha arquitetura jesuítica e espaço para cursos de guarani. Campo Grande News, Campo Grande, 03 dez. 2019. Disponível em: https://amp.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/colonia-paraguaia-ganha-arquitetura-jesuitica-e-espaco-para-cursos-de-guarani. Acesso em: 15 jun. 2025.

TURINO, Célio. Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

Digitally signed by RECIMA21 REVISTA CIENTIFICA MULTIDISCIPLINAR LTDA:40166538000195.
Timestamp: 2026-04-25 15:15:40 -03.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.